

NEOLIBERALISMO E DIREITOS HUMANOS *

1. – Vem sendo cada vez mais frequente, nos vários domínios das ciências sociais, a análise das relações entre neoliberalismo e direitos humanos. Trata-se, ao fim e ao cabo, de tentar compreender em que medida são compatíveis, à luz do nosso tempo, as políticas neoliberais e a democracia. Questão central, se tivermos presente que o neoliberalismo é o núcleo da matriz ideológica da *política de globalização* que vem marcando a actual fase do capitalismo à escala mundial.

Procurarei esclarecer o contexto do debate entre monetaristas e (neo)-keynesianos – tão relevante nas últimas décadas – e, neste âmbito, analisar as posições dos neoliberais de vários matizes relativamente ao problema do emprego e do desemprego, para realçar como delas decorrem posições que põem em causa direitos fundamentais tão importantes como os relacionados com a liberdade sindical e os abrangidos na estrutura do estado-providência e que trazem no seu bojo propostas tendencialmente totalitárias.

2. – A Grande Depressão veio deitar por terra os mitos liberais e pôr a nú as limitações da política monetária. Os mais optimistas passaram a defender que a política monetária poderia talvez sustentar a inflação, mas não

* O texto que segue é a contribuição do autor para o *Liber Amicorum de Homenagem a Francisco Salgado Zenha* (Coimbra Editora, Coimbra, 2003, 327-368), advogado emérito e Mestre de Cidadania.

Uma versão mais curta deste texto tinha sido utilizada na intervenção oral do autor num *workshop* sobre “Políticas neoliberais y derechos fundamenatales”, que decorreu em Oñati (País Basco, Espanha), no Instituto Internacional de Sociologia Jurídica, em 15 e 16 de julho de 2002. Com algumas alterações, o texto viria a ser publicado também em *Boletim de Ciências Económicas*, Vol. XVI (2003) e na *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto* (Luanda), nº 4, 9-54, com o título “Neoliberalismo, Capitalismo e Democracia”.

Após revisão, seria publicado em livro, em Portugal (Lisboa, Editorial Caminho, 2003) e no Brasil (RJ/SP, Renovar, 2003), com o título *Neoliberalismo e Direitos Humanos*.

poderia parar a depressão. É o que se costuma exprimir através do aforismo “you can lead a horse to water but you can not make it to drink.”

Keynes mostrou que a Grande Depressão não poderia explicar-se em termos monetários, defendendo que são as *forças reais da economia* (os planos do governo, dos empresários e dos consumidores), e não a *oferta de moeda*, os factores determinantes do comportamento do nível dos preços. A crise só podia entender-se como o reflexo de um colapso no investimento privado e/ou de uma situação de escassez de oportunidades de investimento e/ou de um excessivo espírito de economia por parte do público, o que legitimava a sua conclusão de que a política monetária era inadequada para contrariar a depressão.

A rejeição da *lei de Say* e do mito do pleno emprego constituem pontos fulcrais da obra de Keynes e encerram o núcleo central da crítica keynesiana dos economistas “clássicos”. Defendendo que nas economias capitalistas a circulação se faz segundo o modelo marxista D–M–D’, Keynes sustenta que as situações de equilíbrio com *desemprego involuntário* são situações inerentes às economias que funcionam segundo a lógica do lucro e não segundo a lógica da satisfação das necessidades.

Para explicar as situações de *desemprego involuntário* – que considera o problema mais grave das economias capitalistas – Keynes lança mão do conceito de *procura efectiva*, o montante das despesas que se espera a comunidade faça – *por ter capacidade para as pagar* – em consumo e em investimento novo. Se esta procura efectiva não for suficiente para absorver toda a produção a um preço compensador, haverá desemprego de recursos produtivos. *Desemprego involuntário*, no sentido de que há pessoas sem emprego desejosas de trabalhar por um salário real inferior ao praticado. Isto significa que, ao contrário do que defendiam os “clássicos”, o nível de emprego não depende do jogo da oferta e da procura no mercado de trabalho, antes é determinado por um factor exterior ao mercado de trabalho, a *procura*

efectiva. E significa também que é o volume do emprego que determina, de modo exclusivo, o nível dos salários reais, e não o contrário.

3. – A necessidade de ultrapassar as situações de *insuficiência da procura efectiva* para combater o desemprego exigia, na óptica de Keynes, uma intervenção mais ampla e mais coordenada do estado. A *fiscal policy* (baseada no controlo das receitas e das despesas do estado) foi considerada como o instrumento fundamental para estabilizar as flutuações da economia, para promover o crescimento económico e para prosseguir os objectivos do pleno emprego, da estabilidade dos preços e do equilíbrio da balança de pagamentos, a par da redistribuição do rendimento em benefício dos mais pobres (i.é, em sentido favorável à propensão ao consumo, e, portanto, ao *aumento da procura efectiva*), objectivos que os governos passaram a assumir na sequência da ‘revolução keynesiana’.

Defendendo que a compreensão das economias capitalistas não se confina ao estudo do ‘comportamento racional’ de um imaginário *homo oeconomicus*, antes exige a análise das instituições sociais e políticas enquanto expressão das forças económicas em presença, Keynes sublinhou a importância do estado e a necessidade do alargamento das suas funções para salvar da “completa destruição as instituições económicas actuais” [leia-se: capitalistas]. E como as crises e os seus efeitos perniciosos se fazem sentir a curto prazo, Keynes veio defender que a política económica tem que adoptar uma perspectiva de curto prazo: “in the long run we are all dead”, como escrevia em 1923.

Desde a famosa conferência de 1924 sobre *The End of Laissez-faire*¹ que Keynes advogou a necessidade de uma certa coordenação pelo estado do aforro e do investimento de toda a comunidade.

¹ Cf. J. KEYNES, [2], 291/292.

Por duas razões fundamentais: em 1º lugar, porque as questões relacionadas com a distribuição do aforro pelos canais nacionais mais produtivos “não devem ser deixadas inteiramente à mercê de juízos privados e dos lucros privados”; em 2º lugar, porque “não se pode sem inconvenientes abandonar à iniciativa privada o cuidado de regular o fluxo corrente do investimento”.

Daí a necessidade de “uma acção inteligentemente coordenada” para assegurar a utilização mais correcta do aforro nacional, a necessidade de “uma ampla expansão das funções tradicionais do estado”, a necessidade da “existência de órgãos centrais de direcção” e de uma certa *socialização do investimento*, nota fundamental do pensamento keynesiano tal como resulta da *General Theory*.²

Com base nos ensinamentos de Keynes, a *Curva de Phillips* funcionou, até final da década de 1960, como um “menu for policy choice”: se se queria combater o desemprego e promover o emprego, bastava aceitar um pouco mais de inflação; se se queria travar a inflação, havia que aceitar um pouco mais de desemprego.

Sobretudo na Europa, esta política assegurou, durante os *trinta anos gloriosos* (1945-1975), um bom ritmo de crescimento económico sem oscilações significativas da actividade económica, com baixas taxas de desemprego e taxas aceitáveis de inflação. Alguns chegaram mesmo a falar de “obsolescência dos ciclos económicos.” (Arthur Okun)³

4. – No início da década de 1970, porém, começaram a verificar-se situações caracterizadas por um ritmo acentuado de subida dos preços (inflação crescente), a par de (e apesar de) uma taxa de desemprego

² Cfr. *Notas Finais* com que encerra a *General Theory*, em J. KEYNES, [3], 379. Cfr. também A. J. AVELÁS NUNES, [2], 81/82.

³ *Apud* J. STEIN, 1.

relativamente elevada e crescente e de taxas decrescentes (por vezes nulas) de crescimento do PNB. Começava a era da *estagflação*.

Em Agosto de 1971, os EUA romperam unilateralmente o compromisso assumido em Bretton Woods de garantir a conversão do dólar em ouro à paridade de 35 dólares por onça troy de ouro. Daqui resultou a adopção do *sistema de câmbios flutuantes* (uma velha reivindicação dos monetaristas), primeiro entre os EUA e os seus parceiros comerciais, e logo de imediato aplicado em todo o mundo. Esta circunstância marcou um ponto de viragem a favor das correntes neoliberais. Pode dizer-se que começa então, na prática, a “ascensão do monetarismo”, a “contra-revolução monetarista”.⁴⁴

Os neoliberais souberam aproveitar o desnorte dos keynesianos, surpreendidos com o “paradoxo da estagflação” (J. Stein), confusos perante o “dilema da estagflação” (Samuelson). Hayek veio proclamar que a inflação é o caminho para o desemprego (“The Path to Unemployment” é o título de um conhecido artigo de Hayek⁵) e, parafraseando o título de um célebre opúsculo de Keynes, colocou o keynesianismo no banco dos réus, sustentando que a inflação e o desemprego são “the economic consequences of Lord Keynes”.⁶ O “ideological monetarism” começou a ser “sistematicamente difundido a partir do outro lado do Atlântico por um crescente grupo de entusiastas que combinam o fervor dos primeiros cristãos com a delicadeza e a capacidade de um executivo de Madison Avenue.” (Nicholas Kaldor)⁷

Abandonado há muito o padrão-ouro sem qualquer hipótese de recuperação e esgotado o sistema monetário internacional saído dos Acordos de Bretton Woods (1944), a “irmandade dos bancos centrais” (James Tobin)⁸

⁴ Cfr. M. FRIEDMAN, [1] e H. G. JOHNSON, [1] e [2].

⁵ Cfr. J. HAYEK, [5].

⁶ Ver F. HAYEK, [4].

⁷ Cfr. N. KALDOR, 1.

⁸ Cfr. J. TOBIN, [3], 30/31.

colou-se à ortodoxia monetarista, na esperança de encontrar nas suas receitas instrumentos de defesa perante as pressões políticas dos governos, o que ajudou ao êxito da “contra-revolução”.

A inflação surgiu como o inimigo público número um, inimigo perante o qual tinha de se reagir como perante o terrorismo: não ceder nem um milímetro. O desemprego deixou de constar das preocupações dos responsáveis, até porque, segundo a nova/velha teoria, as economias se encaminhariam espontaneamente para a situação de pleno emprego, desde que se deixassem funcionar livremente os mecanismos do mercado.

5. – Estava recuperada a velha *lei de Say*. Estava relançada também a tese de que o desemprego é sempre *desemprego voluntário*⁹: se o mercado de trabalho funcionar sem entraves, quando a oferta de mão-de-obra for superior à sua procura o preço da mão-de-obra (salário) baixará até que os empregadores voltem a considerar rentável contratar mais trabalhadores. As economias tenderiam para uma determinada *taxa natural de desemprego*, que traduziria o equilíbrio entre a oferta e a procura de força de trabalho, qualquer que fosse a taxa de inflação.

Os monetaristas sustentam que as variações conjunturais do nível de desemprego nas actuais economias capitalistas são explicáveis fundamentalmente através das variações da procura voluntária de emprego (trabalho) e de lazer (não-trabalho) por parte dos trabalhadores e não através das variações da oferta de postos de trabalho por parte das empresas.

Uma noção importante a este respeito é a noção de *desemprego temporário* (“search unemployment”), noção que pretende designar o conjunto de trabalhadores que deixaram (ou perderam) um emprego e se encontram à procura de outro emprego (“searching for a better job”).

⁹ Sobre esta problemática ver, mais desenvolvidamente, A. J. AVELÃS NUNES, [2], 109ss.

Parte-se do princípio de que um trabalhador assalariado pode *escolher livremente* entre aceitar uma redução do seu salário e deixar o seu actual posto de trabalho. Colocado nesta situação, se ele pensar que a baixa do salário real não é geral e que ele pode encontrar trabalho em outras empresas à anterior taxa de salário, *escolherá* a segunda alternativa e lança-se numa actividade de procura de emprego. Assim sendo, estas situações não representariam verdadeiro desemprego (resultante da deficiente criação de postos de trabalho por parte da economia), antes reflectiriam um maior grau de mobilidade dos trabalhadores.

Nesta óptica, o desemprego é *desemprego voluntário* mesmo nos casos em que os trabalhadores estão desempregados por razões independentes da sua vontade, uma vez que eles podem determinar livremente o tempo de procura de um novo posto de trabalho, e que a eles cabe decidir entre procurar e não procurar um novo posto de trabalho. Se o não procuram, isso significa, para os monetaristas, que preferem o lazer ao rendimento real que poderiam receber se trabalhassem.

As teses monetaristas representam um regresso às concepções pré-keynesianas, que identificavam a parte substancial do desemprego como *desemprego voluntário*, no sentido acima referido de que a existência de trabalhadores não empregados significa que, perante uma situação de salários reais demasiado elevados, os trabalhadores não aceitam uma redução do salário real suficiente para que a sua remuneração iguale a produtividade marginal do seu trabalho e os empregadores tenham interesse em os contratar. Por outras palavras: quem não tiver emprego poderá sempre encontrar um posto de trabalho, se aceitar um salário mais baixo que o corrente. Se o não aceitar é porque prefere continuar sem emprego, optando por procurar um novo posto de trabalho (*voluntary searching for a better job*).

Um dos teóricos do *desemprego voluntário* vai mesmo ao ponto de afirmar que os despedimentos são um ‘véu’ cuja aparência é enganadora: os trabalhadores que são despedidos perdem o emprego por, implicitamente, rejeitarem a opção que lhes seria oferecida de continuarem a trabalhar por um salário mais baixo. Antecipando a objecção de que estas situações são muito raras na prática, A. L. Alchian alega que tal acontece porque a experiência ensinou aos empregadores que não teriam êxito quaisquer propostas e negociações com esse objectivo...¹⁰

Se fosse caso para fazer ironia, dir-se-ia que Milton Friedman quase sugere que só estarão empregados os trabalhadores que não se comportarem racionalmente. Na verdade, ele defende que “muitas pessoas podem ter, estando desempregadas, um rendimento em termos reais tão elevado como o que poderiam ter estando empregadas”. Sendo assim, se “o desemprego é uma situação com muitos atractivos”, como Friedman sustentava em 1976, compreender-se-á que os trabalhadores optem por estar desempregados... E compreender-se-á também que o estado não se preocupe em remediar as situações de desemprego (consideradas, nas palavras mordazes de Modigliani, uma espécie de epidemia de “preguiça contagiosa”), antes devendo deixar correr, como insinua o humor azedo de S.-C. Kolm, para “respeitar a livre escolha das pessoas” de entrar em período, mais ou menos longo, de “férias voluntárias” (Robert Solow)¹¹

6. – Assim desvalorizado o problema do desemprego, compreende-se que as políticas de inspiração monetarista concedam prioridade absoluta ao

¹⁰ A. L. Alchian, *apud* J. R. SHACKLETON, 7.

¹¹ Cfr. F. MODIGLIANI, 6; R. SOLOW, 7-10 e S. KOLM, 106. À ideia de que, se não *optar* por não procurar um novo emprego (ou por não trabalhar), o trabalhador que perde o seu emprego sempre encontrará um posto de trabalho em um qualquer ponto da economia apetece mesmo reagir deste modo: “Na óptica de Lucas, uma pessoa despedida de um emprego pode, presumivelmente, engraxar sapatos numa estação de caminho de ferro ou vender maçãs numa esquina” (A. BLINDER, 131).

combate à inflação, secundarizando o objectivo do pleno emprego (ou da redução do desemprego). Por entenderem que a inflação é sempre e em qualquer lugar um fenómeno exclusivamente monetário (resultante de um aumento da quantidade de moeda em circulação em maior medida que o aumento da produção), procuram combater a inflação essencialmente com base na redução do crescimento da oferta de moeda.

Esta política anti-inflacionista opera através da contracção da actividade económica e do aumento do desemprego, esperando os seus defensores que daqui resulte uma redução dos salários reais capaz de assegurar às empresas uma taxa de lucro suficientemente elevada para estimular o aumento dos investimentos privados e o relançamento posterior da economia, com o conseqüente aumento do volume do emprego. Essencial é que se entregue a economia ao livre jogo das ‘leis do mercado’, se reduza a intervenção do estado na economia e se anulem os “monopólios sindicais.”

Em consonância com o seu conceito de inflação, o monetarismo teórico não culpa *directamente* os sindicatos pela inflação.¹² Mas considera-os responsáveis pelo desemprego, dada a resistência que oferecem à baixa dos salários nominais.

A verdade, no entanto, é que os monetaristas entendem que o aumento da taxa média de desemprego se explica, não como consequência de quaisquer modificações tecnológicas ou estruturais da actividade económica que se traduzissem numa insuficiente criação de postos de trabalho, mas, essencialmente, pelo aumento da *taxa natural de desemprego*.¹³ E, ao menos

¹² Cfr. F. HAYEK, [3], 281/282.

¹³ No plano político, a aceitação deste aumento é muito clara: os conselheiros económicos de Truman consideravam *natural* (= pleno emprego) uma taxa de desemprego entre 1,5 % e 2,5 %; os de Eisenhower apontaram como tal uma taxa de 2,5% a 3,5%; os de Nixon referiram uma taxa entre 4,5 % e 5,5 %; em 1982, a administração Reagan considerou a taxa de 6,5 % como nível de pleno emprego; em 1986, tendia-se para aceitar como tal uma taxa à volta dos 7 %. Cfr. SHERMAN/EVANS, 245 e A. BLINDER, 123.

no contexto da economia e da sociedade americanas, este aumento da taxa natural de desemprego explicar-se-ia em virtude de factores inerentes à evolução demográfica e às condições do mercado de trabalho, os quais teriam sido suficientemente influentes para se sobreporem à acção de algumas circunstâncias que podem ter contribuído para a baixa daquela taxa (v. g., a melhoria da mobilidade dos postos de trabalho, a melhor informação acerca dos empregos alternativos disponíveis, etc.).¹⁴

De entre aqueles factores, os monetaristas destacam, fundamentalmente, dois.

Em primeiro lugar, a modificação da estrutura da população activa, com maior peso dos jovens, das mulheres e dos trabalhadores a tempo parcial.

Há, no entanto, quem invoque os estudos empíricos realizados para concluir exactamente ao invés: as mulheres e os jovens são estratos menos dispostos a deixar o emprego do que os homens adultos, precisamente porque estão menos seguros de encontrar outro emprego.¹⁵

Em segundo lugar, o fortalecimento do ‘poder monopolista’ dos sindicatos, a legislação que impõe o salário mínimo, a instituição dos subsídios de desemprego e outras contribuições da segurança social em benefício dos desempregados, e/ou a sua aplicação a categorias mais amplas de trabalhadores, o aumento do seu montante e da sua duração.

Mas há quem responda, com inteira razão, que a existência de subsídios de desemprego e de outras prestações da segurança social, bem como do salário mínimo garantido e de outros factores do mesmo tipo, explicam apenas uma reduzida percentagem do aumento da taxa natural de desemprego. E há quem lembre o que história ensina: aquelas medidas

¹⁴ Cfr. M. FRIEDMAN, [5], 15.

¹⁵ Cfr. SHERMAN/EVANS, 244/245.

constituem, historicamente, uma resposta *ex post* ao aumento do desemprego para níveis económica, política e socialmente intoleráveis.¹⁶

Os neoliberais insistem, porém, nos malefícios resultantes da existência do sistema público de segurança social.

Invocam, por um lado, que ele contribuiu para tornar mais atractiva a entrada no mercado de trabalho, o que terá provocado um aumento da população trabalhadora enquanto percentagem da população total, e não será alheio também às alterações da composição da população activa acima referidas.

Sustentam, por outro lado, que da existência desse sistema resulta uma diminuição do custo relativo do lazer perante o trabalho, exactamente porque as pessoas temporariamente sem emprego continuariam, durante um período de tempo mais ou menos longo, a ver satisfeitas as suas necessidades básicas, o que lhes permitiria aguardar mais tempo sem procurar novo posto de trabalho e ser mais exigentes na aceitação de postos de trabalho alternativos.

De acordo com este raciocínio, a maior mobilidade e o grau crescente de exigência dos que procuram emprego é que seriam responsáveis pelo aumento das taxas de desemprego. Também por esta via chegam os monetaristas à conclusão de que o desemprego seria, substancialmente, *desemprego voluntário*, sustentando que, em mercados de trabalho concorrenciais, o emprego e o desemprego efectivos revelariam as verdadeiras preferências dos trabalhadores entre trabalhar e dedicar o seu tempo a usos alternativos.¹⁷

7. – Uma análise atenta das suas concepções leva-nos à conclusão de que os neoliberais regressam às teorias pré-keynesianas, defendendo que a *diminuição dos salários reais* é a condição indispensável e decisiva para que

¹⁶ Cfr. J. TOBIN, [2], 26.

¹⁷ Às teses neoliberais pode bem aplicar-se o que Keynes observou acerca da teoria “clássica”: “muitas pessoas tentam solucionar o problema do desemprego com uma teoria baseada no pressuposto de que não há desemprego.” (cfr. J. KEYNES, [1], 350)

possa reduzir-se o desemprego e possa promover-se o (pleno) emprego. Fora desta condição, as políticas assentes na expansão da procura global apenas gerariam inflação sem criarem postos de trabalho suplementares. Na síntese de Hayek, “o problema do emprego é um problema de salários”, pelo que a sua solução exige “o restabelecimento de um mercado do trabalho que proporcione salários compatíveis com uma moeda estável.”¹⁸

Os monetaristas e os “novos economistas clássicos” vão mais longe, no seu radicalismo, do que tinham ido os próprios “clássicos”: aqueles perderam o realismo de que deram provas alguns destes últimos, entre os quais sobressai A. C. Pigou, que nunca defendeu uma política de redução dos salários nem sequer a anulação ou a redução do subsídio de desemprego.

No entanto, mesmo durante a Grande Depressão, os fiéis mais ortodoxos dos dogmas liberais e da capacidade de auto-regulação das economias capitalistas combateram os subsídios de desemprego (existentes na Grã-Bretanha desde 1906), argumentando que o simples facto da sua existência encorajava a resistência dos sindicatos à baixa dos salários para o nível de equilíbrio. Ora, se as taxas dos salários pudessem baixar, argumentavam os ortodoxos, o equilíbrio restabelecer-se-ia automaticamente. E, durante a crise financeira de 1931, o Governador do Banco de Inglaterra, por instigação dos meios financeiros dos EUA, ameaçou mesmo o governo trabalhista de que certos créditos poderiam ser cancelados se o subsídio de desemprego não fosse abolido.¹⁹

Ao fim e ao cabo, o que os monetaristas pretendem é que, como nos primeiros tempos do industrialismo, o reequilíbrio (com o inerente pleno emprego, acreditam eles) se faça à custa da *diminuição dos salários reais*.

A verdade, porém, é que o liberalismo económico funcionou nas condições históricas dos séculos XVIII e XIX, consideravelmente diferentes

¹⁸ Cfr. F. HAYEK, [2], 298.

¹⁹ Cfr. ROBINSON/EATWELL, 47.

das actuais. Vejamos: a) a tecnologia industrial era relativamente rudimentar e adaptada a empresas de pequena dimensão; b) a concentração capitalista era inexistente ou pouco relevante; c) os trabalhadores não estavam organizados (ou dispunham de organizações de classe de existência precária, débeis e inexperientes) e não gozavam da totalidade dos direitos civis e políticos (o que lhes dificultava e reduzia o acesso ao aparelho de estado e ao poder político e, conseqüentemente, a obtenção das regalias económicas e sociais de que hoje desfrutam); d) os governos – imunes às exigências e aos votos populares – podiam, por isso mesmo, ignorar impunemente os sacrifícios (e os sacrificados) das crises cíclicas da economia capitalista, qualquer que fosse a sua duração e intensidade.

É claro que a ‘solução’ de impor aos trabalhadores o ónus de ‘pagar a crise’ só funcionou porque o capitalismo era então, sem disfarces, “um sistema em que os que não podiam trabalhar também não podiam comer.”²⁰

Resta saber se esta ‘solução’ – uma espécie de “solução final”, que, como se vê, apesar de resultar das ‘leis sagradas’ do mercado, não é ‘natural’, nem ‘automática’, nem ‘neutra’ – fará sentido em economias que usam tecnologias avançadas. A resposta afirmativa não faz qualquer sentido. Com efeito, ninguém admitirá que uma unidade de produção informatizada e utilizando *robots* e outras técnicas de automação vai deitar fora os equipamentos (caríssimos) compatíveis com estas tecnologias apenas porque, conjuntamente, os salários estão baixos. E ninguém admitirá que um empresário responsável vá lançar um novo empreendimento com tecnologia trabalho-intensiva ultrapassada, apenas porque, conjuntamente, os salários estão baixos.

Parece inegável, por outro lado, que, à medida que os trabalhadores foram conquistando o direito ao sufrágio universal e a generalidade dos

²⁰ Cfr. SAMUELSON/NORDHAUS, 312/313.

direitos civis e políticos (liberdade de expressão, direito de associação, liberdade sindical, etc.), o *laissez-faire* começou a experimentar dificuldades crescentes, que culminaram com a Grande Depressão dos anos 1929-1933 e o risco de um colapso iminente do próprio capitalismo.

Resta saber, por isso mesmo, se aquela ‘solução final’ será compatível com a realidade social e política dos actuais países capitalistas industrializados, em que os trabalhadores assalariados – que por certo não se deixarão facilmente convencer a votar numa política de desemprego em massa – constituem a grande maioria da população e dominam (talvez só numericamente...) os ‘mercados políticos’. Se se respeitarem as regras democráticas (entre as quais o reconhecimento das liberdades sindicais), os governos, dependentes do voto popular, não poderão continuar alheios às vicissitudes do ciclo económico. Não falta quem defenda que uma das marcas do génio de Keynes residiu, precisamente, no reconhecimento da necessidade (e na tentativa) de conciliar a democracia política com a economia de mercado capitalista, função última do *welfare state*.

8. – Ignorando as lições da história, os neoliberais vêm sustentando a necessidade de expurgar o mercado de trabalho das “imperfeições” que lhe foram sendo introduzidas: o subsídio de desemprego, a garantia do salário mínimo, os direitos decorrentes da existência de um sistema público de segurança social.

Na perspectiva dos neoliberais, os sindicatos é que devem assumir toda a responsabilidade pela criação das condições para o pleno emprego da mão-de-obra. Quer dizer: enquanto houver trabalhadores desempregados, os sindicatos têm de aceitar a redução dos salários nominais. Este seria o único meio de forçar a mobilidade da mão-de-obra entre as indústrias e de elevar as margens de lucro, redistribuindo os trabalhadores de modo a que a distribuição da oferta de mão-de-obra acompanhe a distribuição da

respectiva procura, favorecendo assim o aumento desta por parte das empresas. Friedrich Hayek afirma abertamente: “é necessário que a responsabilidade de estabelecer um nível de salários compatível com um nível de emprego elevado e estável seja de novo firmemente colocada onde deve estar: nos sindicatos.”²¹

Colocada assim a questão, um pequeno passo basta para concluir pela necessidade de domesticar (desmantelar) os “agressivos monopólios sindicais”, que Friedman acusa de, ao exigirem salários elevados, contribuirem para restringir o número de postos de trabalho. Por isso, não hesita em proclamar que “as vitórias que os sindicatos fortes conseguem para os seus membros são obtidas acima de tudo à custa dos outros trabalhadores.”²²

Outra linha de ‘argumentação’ põe em relevo que “os sindicatos começam a tornar-se incompatíveis com a economia de livre empresa” e que, “se se quer preservar o sistema de livre empresa, será necessário (...) reduzir o poder monopolístico dos sindicatos operários.”²³ O fantasma da ‘ingovernabilidade’ (que sempre justifica o apelo a um qualquer *leviathan*) vem sendo agitado contra os sindicatos.

As ideias de Hayek são elucidativas a este respeito.

Por um lado, condena a ideia de que é do interesse público que os sindicatos sejam restringidos o menos possível na prossecução dos seus objectivos, porque foi em nome dela que os ‘monopólios sindicais’ acabaram por adquirir “privilégios únicos, de que não goza qualquer outra associação

²¹ Cfr. F. HAYEK, [2], 298.

²² Cfr. M. e Rose FRIEDMAN, [2], 305-307. Os monetaristas não propõem, porém, a eliminação dos monopólios económicos, dos grandes conglomerados transnacionais, que têm reforçado o seu *poder* (poder de mercado, poder financeiro, poder político) e que ‘governam’ o capitalismo à escala mundial, apesar de todas as legislações ‘anti-monopolistas’. E nenhum deles acreditará que a simples força das suas ideias faça regressar o mundo ao ‘paraíso perdido’ do capitalismo de concorrência (cuja existência, como a de todos os ‘paraísos’, é pura matéria de fé...).

²³ Cfr. G. HABERLER, [1], 90/91 e [2], 165-173.

ou indivíduo”, situação que equivaleria a aceitar que, no domínio das relações de trabalho, os fins justificam os meios.

Por outro lado, ele considera “especialmente perigoso” o poder alcançado pelos sindicatos, poder que, a seu ver, se traduz na “coerção de homens sobre outros homens”, na “coerção de trabalhadores pelos seus companheiros trabalhadores”. Só porque se tem admitido que eles exerçam um tal poder de coerção “sobre aqueles que querem trabalhar em condições não aprovadas pelos sindicatos” é que estes se tornaram capazes de exercer igualmente uma poderosa coerção sobre os empregadores. “Pessoalmente – conclui Hayek –, estou convencido de que o poder dos monopólios sindicais é, juntamente com os modernos métodos de tributação, o principal factor de desencorajamento do investimento privado em equipamento produtivo.”

A aceitação da pretensão dos sindicatos de aumentar os salários tendo em conta os aumentos da produtividade – hoje geralmente considerada socialmente justa e economicamente vantajosa – significa, para Hayek, o reconhecimento do direito de expropriar uma parte do capital das empresas. Vejamo-lo nas suas próprias palavras: “O reconhecimento do direito do trabalhador de uma empresa de participar, enquanto trabalhador, numa quota dos lucros, independentemente de qualquer contribuição que ele tenha feito para o seu capital, faz dele proprietário de uma parte da empresa. Neste sentido, tal exigência é, sem dúvida, puramente socialista e, o que é mais, não baseada em qualquer teoria socialista do tipo mais sofisticado e racional, mas no mais grosseiro tipo de socialismo, vulgarmente conhecido por sindicalismo.”

À luz do que fica dito, compreende-se que Hayek pergunte “até onde se permitirá que os grupos organizados de trabalhadores industriais utilizem o poder coercivo que adquiriram de forçar no resto do país uma mudança nas instituições fundamentais em que assenta o nosso sistema económico e social.” E, perante uma tal subversão das instituições, compreende-se que

responda: “Há um momento em que todos os que desejam a preservação do sistema de mercado baseado na livre empresa têm que desejar e apoiar sem ambiguidade uma recusa frontal daquelas exigências [as exigências sindicais], sem vacilar perante as consequências que esta atitude possa ter a curto prazo.”²⁴

Igualmente claras são as reflexões de Gottfried Haberler num artigo muito conhecido sobre política de salários, emprego e estabilidade económica.

Nele pode ler-se que muitas das dificuldades por ele consideradas das mais relevantes das economias capitalistas actuais (“salários monetários rígidos à baixa” e “pressão constante à alta das taxas de salário monetário”) devem ser imputadas à “legislação do salário mínimo, aos planos de segurança social, aos subsídios de desemprego mais liberais”. E estas são realidades apontadas como o fruto da acção do que em outro artigo o mesmo autor chama os “opressivos monopólios do trabalho”, um dos “vícios [*sic*] dos países mais desenvolvidos” que “muitos países subdesenvolvidos foram mais rápidos a adoptar.”²⁵

Não admira, por isso, que Haberler defenda que “o poder das organizações operárias cresceu até um ponto em que os sindicatos começam a ser incompatíveis com a economia de livre empresa”. O que justificaria, em sua opinião – que abona com posição idêntica de Milton Friedman –, que, “se se quer preservar o sistema de livre empresa, e se se quer evitar os controlos drásticos, será necessário mudar as actuais políticas salariais e reduzir o poder monopolístico dos sindicatos operários.”²⁶

Mesmo no Reino Unido, país onde o movimento sindical era tradicionalmente considerado uma instituição quase tão intocável como a

²⁴ Cfr. F. HAYEK, [3], 281ss.

²⁵ Cfr. G. HABERLER, [1], 90/91.

²⁶ Cfr. G. HABERLER, [2], 165-173.

realeza, a Sr^a. Thatcher, enquanto Primeira Ministra, não hesitou em acusar os sindicatos de quererem “destruir o estado”, erigindo-os desse modo em *inimigo interno* sobre o qual toda a repressão se pretende legitimada. Tal como nos primórdios da revolução industrial, quando os novos assalariados industriais eram apontados e tratados como “bárbaros que ameaçam invadir a cidade.”²⁷

9. – O capitalismo surgiu como a “civilização das desigualdades”. Adam Smith observou certamente que “sempre que há muita propriedade, há grande desigualdade. Por cada homem rico haverá, pelo menos, quinhentos homens pobres, e a propriedade de uns poucos pressupõe a indigência de muitos.”²⁸ Quer dizer: a desigualdade económica é uma característica inerente às sociedades burguesas, apesar de estas terem vindo proclamar que todos os homens (mesmo os trabalhadores) são livres e iguais perante a lei.

Num quadro em que a miséria crescia a par da riqueza, a economia política, que nasceu com o capitalismo como “ciência da burguesia”, procurou, desde o início, ‘legitimar’ essa desigualdade, apontando-a como dado inelutável, inerente à ‘natureza das coisas’, resultante das *leis naturais* que regulam a economia, leis que os homens não poderiam alterar, por serem leis de validade absoluta e universal, válidas em todos os tempos e em todos os lugares como as *leis da física* (por isso o capitalismo é, para os clássicos ingleses, *o fim da história...*) e perante as quais não teria sentido falar de justiça e injustiça, porque *o que é natural é justo*.

Ao explicar a *acumulação primitiva do capital* – que, num dos seus aspectos essenciais, se traduziu na enorme concentração de capital nas mãos de uma nova classe social (a burguesia) –, Adam Smith recorreu a uma teoria que, como observou Marx, desempenha aqui papel idêntico ao da teoria do

²⁷ Ver M. DESAI, 224.

²⁸ Cfr. A. SMITH, II, 316.

pecado original na teologia: sendo todos os homens iguais, acumulam e enriquecem os que são trabalhadores (industriosos), poupados (parcimoniosos) e inteligentes; estão condenados a ser pobres os que são preguiçosos, perdulários e incapazes (pouco inteligentes).

E esta teoria smithiana da “previous accumulation” (inspirada na teologia protestante, “essencialmente uma religião burguesa”, recorda Marx) serviria depois para ‘explicar’ e ‘justificar’ as desigualdades que o capitalismo industrial acentuou, glorificando os vencedores e degradando os perdedores e os pobres. Se a riqueza era entendida como uma Graça de Deus, a pobreza só poderia entender-se como a denegação da Graça divina.²⁹ A mendicância foi mesmo considerada um delito punido pelo estado e muitos milhares de ‘mendigos’ e ‘vagabundos’ foram executados por cometerem o ‘crime’ de serem pobres, e, por isso, socialmente perigosos.

A desigualdade gritante entre as “duas nações” que constituíam as sociedades saídas da revolução industrial foi também ‘explicada’ com base na ideia da *preguiça natural das classes trabalhadoras*, ideia que floresceu, como verdade primária, ao longo do século XVIII: os trabalhadores eram pobres, desde logo e sobretudo, porque eram preguiçosos e também porque não eram poupados nem inteligentes.

Esta tese teve outra ‘leitura’ igualmente condizente com os interesses da nova burguesia dominante: é preciso que os trabalhadores se mantenham pobres, porque este é o único meio de os tornar *industriosos* (para usar a expressão inglesa do tempo).

10. - Perante o descalabro da Grande Depressão e a consequente miséria de milhões de pessoas em todo o mundo, Keynes veio defender que as

²⁹ “Por isso se percebe – como salienta Rogério SOARES, 60 – que no sistema das ‘Manufacturas’, onde se impunha a ascese do trabalho aos criminosos e vagabundos, também os pobres fossem tratados da mesma desapietada maneira.”

situações de desequilíbrio e de crise são inerentes às economias capitalistas, nas quais as situações de pleno emprego são “raras e efémeras”.³⁰ Por isso estas economias precisam de ser equilibradas e podem ser equilibradas, o que implica que o estado assuma funções complexas no domínio da promoção do desenvolvimento económico, do combate ao desemprego e da promoção do pleno emprego, da redistribuição do rendimento e da segurança social.

No seu tempo, uma das medidas propostas por Malthus para combater as situações de depressão e de desemprego foi o *aumento da procura efectiva*, com base no estímulo ao consumo dos ricos. Se o luxo dos ricos faz a felicidade dos pobres (ideia largamente aceite nos séculos XVIII e XIX), deixem-se os ricos consumir sem limitações (por exemplo, reduzindo os impostos sobre os rendimentos dos proprietários rurais e revogando as leis sumptuárias).

Na era da ‘sociedade de consumo’, perante uma *produção em massa*, o consumo dos ricos (mesmo que esbanjador) não consegue assegurar o escoamento de toda a produção. O aumento do consumo dos pobres (entre eles os trabalhadores), o *consumo de massas* é uma necessidade, resultante do próprio desenvolvimento tecnológico proporcionado pela ‘civilização burguesa’.

Parece que Henry Ford se terá apercebido disto mesmo ao afirmar que precisava de que os seus operários pudessem comprar os automóveis saídos das linhas de *produção em série* das suas fábricas. Um dos méritos de Keynes foi ter compreendido e enquadrado teoricamente esta problemática. Para assegurar mais estabilidade às economias capitalistas, de modo a evitar sobressaltos como o da Grande Depressão, é necessário que os desempregados não percam todo o seu poder de compra (daí o subsídio de

³⁰ Cfr. J. KEYNES, [3], 249/250.

desemprego), que os doentes e inválidos recebam algum dinheiro para gastar (subsídios de doença e de invalidez), que os idosos não percam o seu rendimento quando deixam de trabalhar (daí o regime de aposentação, com a correspondente pensão de reforma).³¹

11. – Na *General Theory* Keynes identifica os dois “vícios” que considera mais marcantes das economias capitalistas: a possibilidade da existência de *desemprego involuntário*, e o facto de que a “repartição da riqueza e do rendimento é arbitrária e carece de equidade.” E defende que a correcção destes ‘vícios’ constitui a principal responsabilidade do estado.

Keynes reconhece que a propriedade privada e o aguilhão do lucro possam ser factores estimulantes do progresso económico.

Mas entende, por um lado, que “a sabedoria e a prudência exigirão sem dúvida aos homens de estado autorizar a prática do jogo sob certas regras e dentro de certos limites.”

E defende, por outro lado, que a acentuada desigualdade de rendimentos contraria mais do que favorece o desenvolvimento da riqueza, negando assim uma das principais justificações sociais da grande desigualdade de riqueza e de rendimento: “Podem justificar-se, por razões sociais e psicológicas, desigualdades significativas de riqueza, mas não – sublinha o professor de Cambridge – desigualdades tão marcadas como as que actualmente se verificam.”³²

Ficava assim legitimada a intervenção do estado na busca de maior justiça social, de maior igualdade entre as pessoas, os grupos e as classes sociais. A “equação keynesiana” foi uma tentativa de conciliar o progresso

³¹ Sem querer minimizar a influência da teorização de Keynes, creio que o estado-providência e os ganhos que ele trouxe para os trabalhadores se devem sobretudo às lutas dos próprios trabalhadores, no plano sindical e no plano político, e à emulação que exerceu, na generalidade dos países capitalistas (perante a falência da ‘solução’ nazi-fascista), o simples facto da existência da URSS e da comunidade socialista consituída no após-guerra.

³² Cfr. J. KEYNES, [3], 372-374.

social e a eficácia económica. E o discurso keynesiano tornou claro que a conciliação destes dois objectivos (em vez da proclamação da sua natureza conflituante) é uma necessidade decorrente das estruturas económicas e sociais do capitalismo contemporâneo.

A esta necessidade respondeu, a partir dos anos trinta, e, mais acentuadamente, a partir da Segunda Guerra Mundial, a criação do *estado-providência*, assente na intervenção económica, na redistribuição da riqueza e do rendimento, na regulamentação das relações sociais, no reconhecimento de direitos económicos e sociais aos trabalhadores, na implantação de sistemas públicos de segurança social.

As bases (keynesianas) do *welfare state* são, pois, essencialmente, de natureza económica, ligadas à necessidade de reduzir a intensidade e a duração das crises cíclicas próprias do capitalismo, e motivadas pelo objectivo de salvar o próprio capitalismo.

Na verdade, estes novos *agenda* do estado não pretendiam subverter (nem subverteram) o sistema, nem visavam promover (nem promoveram) nenhuma revolução social (apesar de se falar de “revolução keynesiana”), antes se enquadram na lógica do capitalismo e da sua racionalidade intrínseca.³³

Daí que eles não tenham resolvido o problema do ‘subdesenvolvimento’; não tenham impedido o alargamento do fosso entre ‘países desenvolvidos’ e ‘países subdesenvolvidos’; não tenham acabado com as crises cíclicas do capitalismo; não tenham posto cobro à desigualdade na distribuição do rendimento, cujo agravamento leva a que se fale já da necessidade de incluir no elenco dos direitos fundamentais o *direito a uma igualdade razoável*; não tenham acabado, evidentemente, com o regime do salariato e com a relação de exploração que lhe é inerente.

³³ Ver A. J. AVELÃS NUNES, [1].

Os neo-keynesianos, embora não escondendo alguma frustração acerca dos resultados das políticas de redistribuição do rendimento e mesmo algumas críticas ao desempenho do estado-providência, mantêm-se fiéis ao *princípio da responsabilidade social colectiva*, que inspira o estado de bem-estar, sobretudo na Europa. Trinta e cinco anos depois de Keynes, James Tobin sustentava que “a *welfare-economics* continua a ser um tema relevante e estimulante. Atrevo-me a acreditar – acrescenta Tobin – que ela tem um brilhante futuro.”³⁴ Paul Samuelson e William Nordhaus, embora reconhecendo que “o humanitarismo tem os seus custos”, defendem que o estado de bem-estar não permitirá que os trabalhadores regressem ao século XIX: “são poucos aqueles que propõem que o relógio da história volte para trás, de regresso ao regime sem compaixão do capitalismo puro.”³⁵

12. – Diferentes são as concepções dos monetaristas e dos neoliberais em geral acerca da economia e da sociedade e, de modo particular, acerca do papel do estado perante a economia e perante a sociedade. Fiéis ao ideário liberal do *laisser-faire*, da *mão invisível* e da *lei de Say*, defendem que as economias capitalistas tendem espontaneamente para o equilíbrio de pleno emprego em todos os mercados, pelo que não precisam de ser equilibradas, sendo desnecessárias as políticas anti-cíclicas e sendo desnecessárias e inconsequentes as políticas de combate ao desemprego, que não conseguem eliminá-lo e geram inflação.

Mais longe ainda vão os *monetaristas da segunda geração* (“monetarists mark II”, como lhes chama James Tobin), defensores da chamada *teoria das expectativas racionais*. Segundo eles, os agentes económicos privados dispõem da mesma informação que está ao alcance dos poderes públicos, e,

³⁴ Cfr. J. TOBIN, [1], 18.

³⁵ Cfr. SAMUELSON/NORDHAUS, 313.

comportando-se como agentes económicos racionais, antecipam plena e correctamente quaisquer políticas públicas. As políticas económicas sistemáticas deixariam, pois, de ter qualquer efeito sobre a economia, restando aos governos ‘enganar’ os agentes económicos através de *medidas de surpresa*, incompatíveis com o cientismo e a programação de que se reclama a política económica.³⁶

Desta *neutralidade da política económica* passa-se, quase sem solução de continuidade, à defesa da *morte da política económica*, porque esta seria desnecessária, perniciosa e sem sentido. Assim estamos de regresso ao velho mito liberal da separação estado/economia e estado/sociedade: a economia seria coisa exclusiva dos privados (da sociedade civil, da sociedade económica), cabendo ao estado tão somente garantir a liberdade individual (a liberdade económica, a liberdade de adquirir e de possuir sem entraves), que proporcionaria igualdade de oportunidades para todos.

13. - O ideário liberal rejeita o objectivo de redução das desigualdades, em nome de um qualquer ideal de equidade e de justiça: as políticas que buscam realizar a justiça social distributiva são sempre encaradas como um *atentado contra a liberdade individual*.

Milton Friedman é muito claro: “a este nível, a igualdade entra vivamente em conflito com a liberdade”. E ele escolhe a liberdade, confiando em que esta assegure o maior grau de igualdade possível. Por um lado, porque “uma sociedade que põe a igualdade – no sentido de igualdade de resultados – à frente da liberdade acabará por não ter nem igualdade nem liberdade”. Por outro lado, porque “uma sociedade que põe a liberdade em primeiro lugar acabará por ter, como feliz subproduto, mais liberdade e mais igualdade.”³⁷

³⁶ Para maiores desenvolvimentos, cfr. A. J. AVELÃS NUNES, [2], 125ss.

³⁷ Cfr. M. e Rose FRIEDMAN [2], 202.

É o regresso à tese smithiana de que o mecanismo do mercado realiza “a concordância admirável do interesse e da justiça”, tornando indissociáveis a liberdade (económica), a eficiência económica e a equidade social.

Neste domínio da filosofia social, o neoliberalismo exclui da esfera da responsabilidade do estado as questões atinentes à justiça social, negando, por isso, toda a legitimidade das *políticas de redistribuição do rendimento*, orientadas para o objectivo de reduzir as desigualdades de riqueza e de rendimento, na busca de mais equidade, de mais justiça social, de mais igualdade efectiva entre as pessoas.

No que toca à obrigatoriedade dos descontos para a segurança social, os neoliberais consideram-na, como se diz acima, um atentado contra a liberdade individual, cometido em nome do objectivo de garantir as pessoas contra determinadas situações (desemprego, doença, invalidez, velhice). E sustentam que esse atentado é tanto mais grave e intolerável quanto é certo que, na sua perspectiva, este objectivo ficará melhor acautelado (com menores custos financeiros e menores custos sociais) se cada pessoa (ou cada família) o assumir, como responsabilidade própria, tomando, em conformidade, as medidas adequadas.

Milton Friedman não hesita em classificar o *princípio da responsabilidade social colectiva* como “uma doutrina essencialmente subversiva.” A seu ver, o deprimente esbanjamento de recursos financeiros é ainda o menor de todos os males resultantes dos programas paternalistas de segurança social. “O maior de todos os seus males é o efeito maligno que exercem sobre a estrutura da nossa sociedade. Eles enfraquecem os alicerces da família; reduzem o incentivo para o trabalho, a poupança e a inovação;

diminuem a acumulação do capital; e limitam a nossa liberdade. Estes são os principais factores que devem ser julgados.”³⁸

Entre “os custos maiores da extensão das *governmental welfare activities*”, Friedman destaca ainda “o correspondente declínio das actividades privadas de caridade”, que proliferaram no Reino Unido e nos EUA no período áureo do *laissez-faire*, na segunda metade do século XIX. Esta é uma opinião só compreensível à luz do entendimento segundo o qual “a caridade privada dirigida para ajudar os menos afortunados” é “o mais desejável” de todos os meios para aliviar a pobreza e é “um exemplo do uso correcto da liberdade.”

O ilustre laureado com o Prémio Nobel da Economia está a pensar, evidentemente, na liberdade daqueles que ‘fazem’ a caridade. Mas menospreza a liberdade dos que se vêem na necessidade de ‘estender a mão à caridade’. No entanto, estes são, justamente, os que mais se vêem privados da sua *dignidade* e da sua *liberdade* como pessoas, o mais elevado dos valores a proteger, segundo o ideário liberal. Ao defender que a única igualdade a que os homens têm direito é “o seu igual direito à liberdade”, o liberalismo friedmaniano não pode garantir a todos os homens a liberdade e a dignidade a que cada um tem direito. A proposta friedmaniana de regresso ao passado não contém a promessa de nenhum ‘paraíso’, mas contém a ameaça de nos fazer regressar ao ‘inferno perdido’ do apogeu do *laissez-faire*.

Fiel à sua matriz ideológica, Friedman defende, com toda a clareza, a necessidade de “derrubar definitivamente este estado-providência ao serviço dos ricos e das classes médias”, advogando a ideia de que, em vez dele, “é

³⁸ Cfr. M. e Rose FRIEDMAN, [2], 172-178. Os monetaristas sustentam que as transferências sociais, reduzindo o custo do ócio (do não-trabalho), são uma autêntica *subvenção à preguiça*. Utilizando o comentário de Galbraith perante as opções da Administração Reagan neste domínio, talvez possamos sintetizar deste modo a ‘filosofia’ dos neoliberais: “os ricos não trabalham o suficiente porque não ganham o suficiente; os pobres trabalham pouco porque ganham demasiado.”

altura de as democracias ocidentais retomarem os incentivos para produzir, empreender, investir.”³⁹ As vantagens da sua proposta seriam as vantagens do ‘estado liberal’: “A extinção do actual sistema de Segurança Social eliminaria os efeitos que presentemente se fazem sentir relativamente à falta de incentivo para a procura de trabalho, o que representaria, igualmente, um maior rendimento nacional corrente. Conduziria à poupança individual e, portanto, à formação de taxas de capital mais elevadas e de uma taxa de crescimento do rendimento mais acelerada. Estimularia o desenvolvimento e a expansão de planos de pensões privados, aumentando deste modo a segurança de muitos trabalhadores.”⁴⁰

Os neoliberais voltam, assim, as costas à cultura democrática e igualitária da época contemporânea, caracterizada não só pela afirmação da *igualdade civil e política* para todos, mas também pela busca da *redução das desigualdades* entre os indivíduos no plano económico e social, no âmbito de um objectivo mais amplo de libertar a sociedade e os seus membros da *necessidade* e do *risco*, objectivo que está na base dos sistemas públicos de segurança social.

14. – No plano da economia, o liberalismo de Friedman assenta na confiança absoluta no mercado livre e no mecanismo dos preços, justificando, também neste aspecto, o retrato que dele fez Galbraith: “é um economista do século XVIII.”

Pois este “economista do século XVIII” defende o seguinte: “O sistema de preços permite que as pessoas cooperem pacificamente numa fase da sua vida enquanto cada uma trata daquilo que lhe interessa. A ideia luminosa de Adam Smith foi reconhecer que os preços que emergiam de transacções voluntárias entre compradores e vendedores – em resumo, um mercado livre

³⁹ Entrevista ao *Nouvel Observateur* de Abril de 1981.

⁴⁰ Cfr. M. e Rose FRIEDMAN, [2], 172-174.

– podiam coordenar a actividade de milhões de pessoas, cada uma à procura dos seus próprios interesses.”⁴¹

Em coerência com o seu projecto de sociedade, Milton Friedman considera que se deve impedir que o estado controle, sob qualquer forma, a actividade económica, pois tal não é mais do que uma forma de impedir a concentração de mais poder nas mãos do estado. Ao invés, deve assegurar-se a sua disseminação por grande número de pessoas, que assim ficarão mais livres, compensando de algum modo o poder político do estado.

O radicalismo de Milton Friedman vai ao ponto de considerar demasiado permissivo o critério de Adam Smith para delimitar a esfera de acção do estado: “Quase não há nenhuma actividade – escreveu M. Friedman em 1976 – que não se tenha considerado adequada à intervenção do estado de acordo com os argumentos de Smith. É fácil afirmar, como o faz Smith mais de uma vez, que há ‘efeitos externos’ que colocam uma actividade ou outra na esfera do ‘interesse público’, e não na esfera do ‘interesse de algum indivíduo ou algum número pequeno de indivíduos’. Não há critérios objectivos amplamente aceites para avaliar tais asserções, para medir a grandeza dos efeitos externos, para identificar os efeitos externos das acções governamentais e compará-los com os efeitos externos que se produziriam se se deixassem as coisas em mãos privadas. A análise superficialmente científica de custo-benefício erigida com base em Smith transformou-se numa formidável Caixa de Pandora.”⁴²

Estamos longe da visão de Keynes, que, em “The End of Laissez-Faire”, doze anos antes da publicação da *General Theory*, escreveu este ‘discurso’ contra os princípios “metafísicos” em que se fundamenta o *laissez-faire*: “Não é verdade que os indivíduos disponham de uma inquestionável ‘liberdade natural’ nas suas actividades económicas. Não existe nenhum

⁴¹ Cfr. M. e Rose FRIEDMAN, [2], 42.

⁴² *Apud* G. FEIWEL, 146.

‘contrato’ que confira direitos perpétuos aos que têm ou aos que adquirem. O mundo *não* é governado a partir de cima de modo que os interesses privados e os interesses sociais sempre coincidam. E *não* é gerido a partir de baixo de modo que, na prática, eles coincidam. *Não* é uma dedução correcta dos princípios da economia que o interesse próprio esclarecidamente entendido opere sempre no interesse público. Nem é verdade que o interesse próprio *seja* em regra esclarecidamente entendido; a maior parte das vezes os indivíduos que actuam isoladamente para prosseguir os seus próprios objectivos são demasiado ignorantes ou demasiado fracos, mesmo para atingir estes objectivos. A experiência *não* mostra que, quando os indivíduos formam uma unidade social, sejam sempre menos esclarecidos do que quando actuam separadamente.”⁴³

15. – Segundo o modelo liberal, o capitalismo é uma economia de mercado livre, na qual a soberania do consumidor (*a liberdade para escolher* de que fala Milton Friedman) determina todas as escolhas – feitas *livremente* no mercado por *cada um dos indivíduos* que nele actuam –, decidindo, em último termo, à escala da economia como um todo, *o quê, como e para quem* se vai produzir.

No fundo, o mito da *soberania do consumidor* é um reflexo do mito liberal do contratualismo, que reduz toda a vida em sociedade – nomeadamente a vida económica – a *relações contratuais* livremente assumidas por indivíduos livres, independentes e iguais em direitos, cada um dos quais dispõe de informação completa sobre todas as alternativas possíveis e sabe perfeitamente o que quer.

Para os defensores desta concepção, “a economia de livre empresa é a outra face da democracia”. Como escreveu um autor (Enoch Powel), “nesta

⁴³ Cfr. J. KEYNES, [2], 287/288.

grande e contínua eleição geral da economia livre, ninguém, nem mesmo o mais pobre, é privado do seu direito de voto: estamos todos a votar a todo o momento.”

Esta ‘leitura’ da realidade, segundo a qual a ‘votação’ efectuada no mercado dá a todos iguais possibilidades de participar na orientação da vida económica, pretende significar a existência de um autêntico *governo democrático da economia*.

Contra ela parece decisivo o argumento (de Mark Blaug) de que ela ‘esquece’ o facto essencial de que no mercado se efectua “uma eleição em que alguns eleitores podem votar mais do que uma vez”, porque, no mercado livre, o peso (a influência) do voto de cada consumidor depende do que cada um gasta no mercado, o que, por sua vez, depende da riqueza e do rendimento de cada um.⁴⁴

Os marginalistas dirão que os rendimentos de cada pessoa correspondem à ‘contribuição’ de cada uma para o rendimento da comunidade. Os críticos da teoria da produtividade marginal negam que assim seja. E se não houver uma ‘justificação moral’ para as *diferenças de rendimento* e para a *diferença de natureza* do rendimento do trabalho e do rendimento do capital, é inevitável a conclusão de que a ‘votação’ do mercado está viciada à partida e conduz a resultados injustos, que reflectem e ajudam a perpetuar as estruturas (de poder) que geram e mantêm as diferenças de rendimentos. Esta conclusão será ainda mais evidente quando se toma em consideração a riqueza herdada por alguns e o rendimento que dela resulta para os seus titulares pelo simples facto de o serem.

16. – A *soberania do consumidor* é invocada também para ‘legitimar’ os resultados do funcionamento das *economias de mercado livre* no que toca

⁴⁴ Ver, mais desenvolvidamente, A. J. AVELÃS NUNES, [3].

à distribuição da riqueza e do rendimento. A sua ‘legitimação’ deriva da ideia de que eles são livremente queridos e assumidos por todos e por cada um, através da livre escolha individual. Von Mises defende expressamente que, “numa sociedade capitalista, a riqueza só pode adquirir-se e conservar-se mediante uma atitude que corresponda às exigências dos consumidores. Assim, a riqueza de prósperos comerciantes é sempre o resultado de um plebiscito dos consumidores e, uma vez adquirida, a riqueza só pode conservar-se se for utilizada da forma que os consumidores considerem mais benéfica para eles.”

Em sentido contrário, abona toda a lógica da sociedade de consumo, em que as necessidades são um mero pretexto para vender aquilo que se produz: se não há necessidades, inventam-se, e os desejos ‘produzem-se’ ao mesmo tempo que os bens. O peso crescente da ‘moda’ e da publicidade na determinação do comportamento dos consumidores dá razão aos que defendem que os desejos dos consumidores deixaram de ser uma questão de escolha individual, tendo-se tornado uma *produção de massa*. A realidade quotidiana mostra que, para além de um certo grau de inter-actividade, as grandes empresas criam necessidades e desejos, fabricam as modas, modificam os hábitos de consumo, praticamente à escala do planeta.

17. - Mesmo na óptica dos produtores, poderá dizer-se, com boas razões, que, afinal, este *rational choosing agent* inventado pelo marginalismo é, nas condições do mercado livre, “um homem sem escolhas”. Se quer evitar a morte (falência), ele tem que produzir ao custo mais baixo a que os outros produzem e tem que vender ao preço (dado) do mercado e não pode permitir-se quaisquer motivações (ou fins) não-económicos (a amizade, a compaixão, a responsabilidade social). A sua ‘conduta racional’ não passa de uma conduta de adaptação às condições *dadas* pelo mercado, com vista ao *fim único* da *maximização do ganho* (a utilidade ou o lucro). É um *homem*

unidimensional, que mais parece um *robot* do que um *homem livre*, capaz de assumir *escolhas morais*.

Na perspectiva dos consumidores, Joan Robinson põe o dedo na ferida quando escreve que a *mainstream economics*, “ao aclamar a ‘soberania do consumidor’, acaba por perder de vista o problema da distribuição do poder de compra entre a população.”⁴⁵ É, mais uma vez, a fuga à realidade social e aos seus problemas, também neste aspecto ao arrepio da atitude dos economistas que integram a linhagem Fisiocratas-Smith-Ricardo-Marx, todos empenhados, a seu modo, em compreender a sociedade em que viveram.

J. K. Galbraith⁴⁶ é um dos autores que, desde a década de 1950, mais lucidamente tem contribuído para a crítica desta “economics as a system of belief”, desta “sedative economics” que persiste na defesa do dogma da “soberania do consumidor”, ‘soberania’ que, segundo ele, só existe no “mundo dos livros de texto” da *mainstream economics*. O consumidor não é hoje ‘soberano’ em qualquer sentido útil.

As sociedades que assentam no “sistema industrial”⁴⁷ são *economias planificadas*, dominadas pela *soberania do produtor* (i. é, a capacidade das grandes organizações empresariais para ‘planificar’ a economia). A *mão invisível* do mercado foi substituída pela *mão (muito) visível* das grandes empresas ‘monopolistas’, dos cartéis internacionais, dos poderosos conglomerados transnacionais, das grandes empresas públicas, do estado e suas agências.

Por isso Galbraith propõe que a ciência económica abandone a óptica da *soberania do consumidor* e adote a óptica da *soberania do produtor*.

⁴⁵ Ver J. ROBINSON, [1] e [2].

⁴⁶ Cfr. J. GALBRAITH, [2].

⁴⁷ Cfr. J. GALBRAITH, [1].

Por isso, contra a lógica perversa da sociedade de consumo (em que as necessidades das pessoas e o consumo destinado a satisfazê-las são mero pretexto para proporcionar abundantes lucros aos grupos monopolistas *market makers*), muitos autores sustentam hoje que os *direitos dos consumidores* devem ser direitos constitucionalmente protegidos (o que já se verifica, aliás, em várias constituições), porque por aqui passa a liberdade e o bem-estar das pessoas e a própria vida democrática.

Num dos seus ensaios, Ralf Dahrendorf fala da necessidade de “transferência de alguns ganhos de produtividade *para tempo, em vez de dinheiro, para tempo livre, em vez de mais rendimento.*”⁴⁸ Esta é, sem dúvida, uma das questões centrais em aberto neste tempo de contradições: o desenvolvimento da produtividade resultante do progresso científico e tecnológico permite que se disponha de mais tempo para as actividades libertadoras do homem, em vez de o afectar a *produzir cada vez mais bens para ganhar cada vez mais dinheiro para comprar cada vez mais bens*. Um dia virá em que o luxo – que se espera possa ser acessível a todos – há-de consistir em *ter tempo*. A ciência económica não pode continuar a adiar a busca de um *outro padrão de racionalidade*. A ciência económica tem de assumir-se de novo como *economia política*, como um *ramo da filosofia social*.

18. – O que está em causa, em última instância, é um dos pontos fundamentais do neoliberalismo reinante: a ideia de que o mercado é o *único mecanismo racional* de afectação de recursos escassos a usos alternativos, nele se realizando o *princípio universal de racionalidade* inerente à natureza humana, que o marginalismo imprimiu no código genético do *homo oeconomicus* (um agente racional maximizador).

⁴⁸ Cfr. R. DAHRENDORF.

Os monetaristas vão mais longe e sustentam que o mecanismo dos preços é o único instrumento com base no qual se podem analisar e explicar todos os fenómenos sociais, reduzindo toda a vida humana a um problema de preços que o mercado resolve espontânea e naturalmente, da única forma racional (e justa). Karl Brunner afirma-o de forma impressionante: “o princípio básico do monetarismo é a reafirmação da relevância da teoria dos preços para compreender o que acontece na *aggregate economics*. O nosso ponto fundamental reside em que a teoria dos preços é o paradigma crucial — na realidade o único paradigma — que os economistas têm. Podemos utilizar este paradigma para explicar toda a gama de fenómenos sociais. Não acredito numa espécie de ‘shoe box approach’ segundo a qual os problemas se distribuem por diferentes disciplinas, como a ciência política, a economia, a sociologia. Isto não faz muito sentido. A classificação não se refere a disciplinas alternativas. Pode ser entendida utilmente como referindo-se a diferentes espécies de problemas – diferentes assuntos – susceptíveis de ser abordados com a mesma análise social básica desenvolvida no domínio da ciência económica.”⁴⁹

Mas a verdade é que a adopção deste critério implica que se afastem da análise todas as motivações que não possam ser avaliadas através do padrão de medida da moeda. Acresce que, como observa Mark Blaug, “a afectação eficiente de recursos escassos entre fins alternativos não pode ser efectuada sem um padrão de avaliação”. Ora o mecanismo dos preços de mercado é apenas um padrão de avaliação particular, que avalia cada euro ou cada dólar do mesmo modo, independentemente da forma que ele assume. Mas esta circunstância – insiste M. Blaug – “não nos deveria cegar quanto ao facto de a aceitação dos resultados do sistema de preços concorrenciais ser um juízo de valor”, porque “o sistema de preços é uma eleição em que alguns eleitores

⁴⁹ Depoimento em A. KLAMER, 183/184.

podem votar mais do que uma vez, e em que a única forma de votar é gastando dinheiro.”⁵⁰

A história das sociedades humanas mostra que o mercado não é um puro *mecanismo natural* de afectação *eficiente e neutra* de recursos escassos e de *regulação automática* da economia. O mercado deve antes considerar-se, como o estado, uma *instituição social*, um produto da história, uma *criação histórica* da humanidade (correspondente a determinadas circunstâncias económicas, sociais, políticas e ideológicas), que veio servir (e serve) os interesses de uns (mas não os interesses de todos), uma *instituição política* destinada a regular e a manter determinadas *estruturas de poder* que asseguram a prevalência dos interesses de certos grupos sociais sobre os interesses de outros grupos sociais. “Longe de serem ‘naturais’, os mercados são políticos”, sustenta David Miliband.⁵¹ Quer dizer: o mercado e o estado são ambos *instituições sociais*, que não só coexistem como são interdependentes, construindo-se e reformando-se um ao outro no processo da sua interacção.

Nesta óptica, a questão fundamental não é a de saber se deve escolher-se o mercado ou o estado, ou mesmo a de saber qual o peso do mercado e qual o peso do estado (sendo certo que *bom estado* significa algo mais do que *menos estado*). A questão fundamental é a de saber que tipo de mercados pretendemos criar e que tipo de estado pretendemos desenvolver.

À luz do que fica dito, resulta que a *defesa do mercado* como mecanismo de regulação automática da economia, por oposição à *intervenção do estado* neste domínio e com este objectivo, não representa apenas um *ponto de vista técnico* sobre um *problema técnico*. Em boa verdade, a defesa do mercado é a defesa do modelo (da concepção filosófica) liberal, que vê no mercado uma instituição natural, autónoma, soberana, capaz de uma arbitragem neutral dos

⁵⁰ Ver A. J. AVELÁS NUNES, [3].

⁵¹ Cfr. D. MILIBAND.

conflitos de interesses, uma instituição que “não pode ser justa nem injusta, porque os resultados não são planejados nem previstos e dependem de uma multidão de circunstâncias que não são conhecidas, na sua totalidade, por quem quer que seja.” (Hayek)⁵² E é também a defesa da concepção liberal do estado, entendendo este como instância separada da *economia* e da *sociedade civil* e considerando a *não-intervenção* do estado na economia como um corolário da natureza do estado enquanto pura instância política.

Ora esta é uma concepção que – deixando agora de lado o entendimento dos fisiocratas, de Locke e de Adam Smith – deliberadamente ignora a ‘compreensão’ da natureza de classe do estado (para o dizermos em linguagem marxista), revelando-se incapaz de compreender que a *não-intervenção* do estado na economia é apenas – como os diversos tipos de intervenção – uma das formas de o *estado capitalista* cumprir a sua missão essencial de garantir as condições gerais indispensáveis ao funcionamento do modo de produção capitalista e à manutenção das estruturas sociais que o viabilizam.

Vistas assim as coisas, a *defesa do mercado* veicula uma concepção acerca da *ordem social que se considera desejável* e consagra uma atitude de *defesa da ordem social* que tem no mercado um dos seus pilares. Tal como a *crítica do mercado* e do seu pretenso *carácter natural* (por parte de marxistas, keynesianos, radicais ou ecologistas) veicula um propósito de *introduzir mudanças na ordem social estabelecida* ou de *substituir por outra ordem social*.

⁵² Hayek entende que só faria sentido falar de justiça ou injustiça acerca da distribuição dos benefícios e dos ónus operada pelos mecanismos do mercado se essa distribuição fosse o resultado da acção deliberada de alguma pessoa ou grupo de pessoas, o que não é o caso. Por isso ele defende que a expressão *justiça social* deveria ser abolida da nossa linguagem. “A expressão ‘justiça social’ não é, como a maioria das pessoas provavelmente sente — escreve ele —, uma expressão inocente de boa vontade para com os menos afortunados, (...) tendo-se transformado numa insinuação desonesta de que se deve concordar com as exigências de alguns interesses específicos que não oferecem para tanto qualquer razão autêntica” (*apud* D. GREEN, 127). No limite, a confiança nas virtudes do mercado e da *free society* poderá levar mesmo à conclusão de que “a pobreza é o fruto da preguiça” (William Simon, citado por P. ROSANVALLON, 89).

19. – Importa salientar, por outro lado, que as concepções individualistas e ‘laissez-fairistas’ que informam os vários monetarismos não podem desligar-se de certas correntes da filosofia política que acusam o “excesso de carga do governo” de ter conduzido à “ingovernabilidade das democracias” e o “excesso de democracia” de ter provocado a “crise da democracia”.

Para os que assim pensam, o inflacionamento das responsabilidades atribuídas ao estado (i.é, dos objectivos atribuídos à política económica e social) terá gerado uma escalada nas expectativas das pessoas relativamente aos resultados que esperam da acção dos governos. E estes têm visto acrescidas as suas tarefas e alargada a esfera da actividade política; e têm visto aumentar as reivindicações e alastrar a politização de problemas vários; e têm sofrido a generalização dos conflitos sociais, emergentes até da dificuldade em cumprir as promessas eleitorais e em satisfazer as aspirações crescentes das comunidades. Daí resultaria a frustração de camadas sociais cada vez mais amplas, o afundamento dos governos e a *crise da democracia*.

Para fugir ao *dilema anarquia/Leviathan*, a solução estaria no revigoramento de uma organização política assente no *contrato*, nos direitos individuais e na propriedade privada, cabendo ao estado apenas a função de proteger a ordem social assim fundada e orientada de acordo com o princípio egoísta de maximização de interesses individuais que a *mão invisível* conciliaria.

Os neoliberais dos nossos dias colocam a liberdade individual (a *liberdade para escolher* de que fala Milton Friedman) acima de quaisquer outros valores. E defendem que a liberdade económica é condição *sine qua non* da liberdade política. A *economia de mercado livre* impõe-se, nesta óptica, não apenas pela superior eficiência económica que lhe é atribuída, mas também por razões de ordem política: como se diz na proclamação da *Société du Mont Pélérin* (1947), que Friedman subscreveu e em cujos

trabalhos participou, “sem o poder difuso e a iniciativa associada a estas instituições [a propriedade privada e o mercado de concorrência], é difícil imaginar uma sociedade em que a liberdade possa ser efectivamente salvaguardada.”⁵³

Na esteira de Hayek, rejeita-se, como inimiga da liberdade, “a ilusão do homem à semelhança de Prometeu, alimentada por uma filosofia social de tipo construtivista”, e proclama-se que “a civilização é o resultado de um crescimento espontâneo e não de uma vontade”. Só a “ordem espontânea” consubstanciada no mercado asseguraria a *free society*. Qualquer propósito de intervenção do estado, mesmo que apenas para corrigir injustiças, é identificado como *o caminho da servidão* (título do livro famoso de Hayek, publicado em Chicago em 1944).

A este respeito, o Friedman de *Capitalism and Freedom*⁵⁴ não hesita em colocar no mesmo plano os dois elementos que, a seu ver, ameaçam a preservação e a expansão da liberdade.

Por um lado, o que podemos chamar o *inimigo externo* (então, “a ameaça externa vinda do homem mau do Kremlin, que promete enterrar-nos”; agora, Bin Laden, o Iraque e todos aqueles que tenham a desventura de como tal ser ‘eleitos’ pela Administração de serviço em Washington).

Por outro lado, o *inimigo interno* (“a ameaça interna, bastante mais subtil, vinda dos homens de boas intenções e de boa vontade que desejam reformar a sociedade (...) e obter grandes transformações sociais”, com base na ampliação da esfera de responsabilidade do estado e no alargamento do seu campo de intervenção).⁵⁵

A história mostra que a necessidade de dar combate ao *inimigo interno* foi sempre a mola impulsadora e a razão ‘legitimadora’ de todos os

⁵³ Ver M. Rojas MIX.

⁵⁴ Cfr. M. e Rose FRIEDMAN, [1].

⁵⁵ Ver H. LEPAGE, [1], 329-365 e D. GREEN, 109-150.

totalitarismos. Mas os neoliberais não querem saber da história e *não vacilam* perante as consequências prováveis da aplicação rigorosa dos seus dogmas. E insistem na defesa da solução que passaria pela privatização do sector empresarial do estado e dos serviços públicos, pela separação da esfera política (que competiria ao estado) da esfera económica (do foro exclusivo dos particulares), pela ‘libertação da sociedade civil’. E passaria, também, por um controlo social através de uma nova pedagogia de ‘disciplina’ dos professores e de reforço do papel dos pais nas escolas, pelo controlo das fontes de informação, pela marginalização dos intelectuais nocivos e dos grupos que lhes estão próximos.⁵⁶

É notório que esta lógica transporta no seu seio uma crítica à filosofia informadora e à prática concretizadora da democracia económica e social que ganhou foros de constitucionalidade em bom número de países, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. E é notório também que ela arrasta consigo projectos de orientação totalitária, considerados como que o fruto necessário do *excesso de carga do governo* e da *ingovernabilidade das democracias*, do *excesso da democracia* e da *crise da democracia*, mas considerados também – e talvez primordialmente – como a solução desejada para acabar com o ‘escândalo’ dos *opressivos monopólios do trabalho* por parte de quantos proclamam que “os sindicatos começam a ser incompatíveis com a economia de livre mercado”, e para abater os *inimigos internos*, i.é., todos aqueles que, embora cheios de boas intenções, cometem o ‘crime’ de querer reformar a sociedade, de pretender que o estado seja agente de transformações sociais no sentido de uma sociedade mais justa e mais igualitária.

⁵⁶ Estas outras propostas constam de um relatório apresentado por M. Crozier, S. P. Huntington e J. Wanatuki à *Comissão Trilateral* (“The Crisis of Democracy: Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission”, N. York, 1975), referido por J. CANOTILHO, 338/339. Diz-se que, perante a calamidade dos fogos florestais nos EUA, o Presidente Georges W. Bush terá sugerido uma ‘solução final’: arrancar as árvores todas! Como se vê, o ilustre Presidente não inventou nada: perante a ‘crise da democracia’, os ilustres ‘sábios’ acima citados sugeriam uma ‘solução final’: acabar com a democracia!

Salve-se, pois, o mercado, fonte pura e única da liberdade económica e da liberdade política.

E acabe-se com os sindicatos, com a contratação colectiva, com as políticas de redistribuição do rendimento e com as políticas de pleno emprego, com a legislação do salário mínimo, com os subsídios de desemprego, com as garantias da segurança social, com a legislação reguladora dos despedimentos e com todas as ‘imperfeições’ de uma economia que se quer condizente com o modelo da concorrência pura e perfeita e com todas as ‘impurezas’ que perturbam o bom funcionamento de uma sociedade que se fcciona ser composta por homens livres e iguais.

E acabe-se também, é claro com tudo o que esteja ao serviço destas conquistas históricas das sociedades humanas.

E domestiquem-se os professores. E controlem-se as fontes de informação. E marginalizem-se os intelectuais nocivos... e promovam-se os intelectuais bem comportados.

20. – Esta é uma lógica particularmente preocupante, tanto mais que ela se desenvolve em sociedades nas quais se vão cristalizando, a todos os níveis das estruturas económicas, sociais, políticas e culturais, formas insidiosas que redundam naquilo que Bertram Gross designa por “fascismo amigável”, resultado da “consolidação dos interesses do *Big Government* e do *Big Business*”, com “a sua fachada cosmética, a sua subtil manipulação, as suas luvas de veludo (...), o seu *subtle appeal*.”⁵⁷

O *friendly fascism* é apontado como a face política de um capitalismo governado em última instância pela oligarquia do grande capital, que tanto faz negócio com o *Welfare* como com o *Warfare*, dando sentido à designação

⁵⁷ Cfr. B. GROSS.

de *Warfare-Welfare State* (James O'Connor), e que carece da presença activa do estado, quer no plano interno quer no plano externo.

Por mais que proclamem o contrário os saudosistas dos tempos heróicos do capitalismo, ninguém acreditará que a força das suas ideias permita o regresso ao ‘paraíso perdido’ do capitalismo de concorrência. Mesmo os que crêem que é a força das ideias que governa o mundo não deixarão por certo de considerar impossível que os grandes monopólios dos nossos dias possam vir a tornar-se *escravos de qualquer economista morto... ou vivo*, parafraseando a célebre sentença de Lord Keynes.

O liberalismo não matará os ‘monopólios’, que têm ampliado e aprofundado o seu poder, apesar de todas as legislações anti-monopolistas. E as exigências decorrentes da evolução tecnológica e da concentração económica que caracterizam o capitalismo actual não permitem que os grandes conglomerados que lideram o capitalismo à escala mundial possam dispensar o sistema de incentivos e de segurança (económica, política e até militar) que representa para eles a acção do estado capitalista, quer nos países dominantes quer nos países dominados. Com razão Galbraith lembrou que o governo Reagan foi um dos mais intervencionistas que os EUA já conheceram, apesar da apregoada cruzada contra o estado intervencionista e contra a regulação da economia pelo estado.

A ideologia da Nova Direita (que às vezes gosta de se chamar *direita liberal*), ao apontar como uma necessidade a redução do estado ao *estado mínimo*, a privatização de todos os serviços públicos, a desregulação das relações laborais, a limitação (eliminação) do poder dos sindicatos, a destruição do estado-providência, não passa de mera cobertura da necessidade de realçar um novo estilo de actividade do *Big Government*, por certo contra os “opressivos monopólios do trabalho”, mas não contra o *Big Business*, os grandes monopólios empresariais, os poderosos conglomerados multinacionais.

É esta a lógica da *política de globalização* neoliberal que, neste nosso mundo unipolar, vem sendo metódica e persistentemente levada a cabo pelas potências dominantes e pelas agências e organizações por elas comandadas (FMI, Banco Mundial, OCDE, OMC, G7...), em consonância com interesses do grande capital financeiro. Só que esta lógica, que aponta para a aniquilação do estado-nação, a paralisia da política, a morte da política económica, constitui um perigo para a democracia. Sem entidades nacionais responsáveis, a quem podem pedir contas os cidadãos eleitores? A prestação de contas – que é a pedra de toque da democracia – só é exigível a quem tem meios para governar responsabilmente.

21. – Neste tempo de angústias e de esperanças, todos temos a consciência de que o trabalho dos homens, após o advento do capitalismo, provocou um enorme desenvolvimento das forças produtivas, e, acima de tudo, um extraordinário desenvolvimento do próprio homem, enquanto produtor e titular de ciência, de tecnologia, de informação. Este desenvolvimento das capacidades produtivas tem libertado o homem trabalhador do seu fardo milenar de ser *besta de carga*; tem proporcionado ao homem trabalhador condições de trabalho mais dignas; tem aumentado a produtividade do trabalho para níveis até há pouco insuspeitos; tem permitido a redução significativa da jornada de trabalho; tem oferecido melhores condições de vida a uma parte da humanidade.

Hoje sabemos que o conhecido aumento do número de famintos não apaga a certeza que temos de que a nossa capacidade de produzir alimentos – e mesmo a produção efectiva de alimentos – é superior às necessidades da humanidade. Se a fome existe (e até vai aumentando), não é porque os meios naturais, humanos e técnicos disponíveis não permitam a produção de alimentos suficientes para dar de comer a todos os habitantes do nosso planeta. O problema é outro. E Amartya Sen identifica-o com rigor: o facto

de haver pessoas que passam fome – e que morrem de fome –, apesar da abundância de bens (ou pelo menos da existência de bens em quantidade suficiente), só pode explicar-se pela *falta de direitos* e não pela escassez de bens. O problema fundamental é o da *organização da sociedade*.

Comentando este ponto de vista de Sen, pergunta Dahrendorf: “porque é que os homens, quando está em jogo a sua sobrevivência, não tomam simplesmente para si aquilo em que supostamente não devem tocar mas que está ao seu alcance? Como é que *o direito e a ordem* podem ser mais fortes do que *o ser ou não ser*?” [o itálico é nosso. AN].

Para os que reduzem os homens ao fantasma do *homo oeconomicus* enquanto ser capaz de escolhas racionais, dir-se-ia que os homens, mesmo quando está em causa a sua sobrevivência, quando está em causa ser ou não ser, *escolhem, racionalmente*, não fazer nada, i. é, escolhem não tomar para si aquilo de que carecem em absoluto e que está ao seu alcance.

Mas é claro que o absurdo desta resposta deixa antever que a questão é outra. Esse comportamento explica-se pela *falta de direitos* (ou *falta de poder*). A organização económica das sociedades capitalistas representa uma determinada *estrutura de poder*, assente na *propriedade burguesa*. E esta é uma propriedade *perfeita, absoluta e excluyente*, consagrada pelo direito e garantida pela força coerciva do estado, que exclui os não proprietários do acesso ao que, embora ao seu alcance, eles não têm o direito (o poder) de tocar.

Porque o estado – como já os fisiocratas puseram em destaque – existe para “punir, pelo magistério dos magistrados, o pequeno número de pessoas que atentam contra a propriedade de outrem” (Dupont de Nemours), para garantir a propriedade “pela justiça distributiva e poder político ou militar” (Nicolas Baudeau).

Porque o estado, sublinha John Locke “não tem qualquer outro objectivo que não seja a preservação da propriedade.”

Porque o estado é instituído “com vista à defesa dos ricos em prejuízo dos pobres, ou daqueles que possuem alguma coisa em detrimento daqueles que nada possuem”, cabendo-lhe a missão fundamental de “manutenção e consolidação dessa *autoridade e subordinação*” que surgiu nas sociedades humanas com o aparecimento da propriedade privada (de “propriedades vastas e valiosas”) e da “desigualdade de fortuna”. [introduzimos o itálico. AN]

Nestas palavras de Adam Smith, um dos pais fundadores do liberalismo, está a resposta ao liberal Dahrendorf: a fome não resulta da escassez de bens, mas de uma organização sócio-económica garantida pelo poder político e militar de um estado que existe para “defesa dos ricos em prejuízo dos pobres.”

A questão fundamental é, afinal, a questão do *poder*. Mas esta é uma questão que os liberais não integram na sua análise do mercado, ao pressuporem um mercado concorrencial, constituído por um número muito elevado de vendedores e de compradores, cada um deles suficientemente pequeno para não poder exercer qualquer influência sobre a oferta ou a procura do mercado. E excluem-na também da sua análise da sociedade, ao conceberem esta como um conjunto de indivíduos isolados, atomisticamente considerados, livres e iguais em direitos.

22. – Mas Dahrendorf faz ainda outra pergunta: “o que seria preciso para *modificar as estruturas de direitos*, de modo a que mais ninguém tivesse fome?” A própria pergunta parece encerrar a resposta: é preciso modificar as estruturas de direitos, i. é, as estruturas do poder económico e do poder político, modificar a *racionalidade* que preside às economias e às sociedades capitalistas. É preciso rejeitar a lógica neoliberal, que deixa de fora da análise económica e social da realidade o *poder*, as *relações de poder* e as *estruturas do poder*, e sustenta que tudo aquilo de que a humanidade precisa é de um

mercado livre, que o resto vem por si. Ao contrário: o mercado (e as suas pretensas leis ‘naturais’, aprioristicamente capazes de resolver todos os problemas da humanidade) é precisamente um dos mecanismos fundamentais da estrutura de direitos e de poderes que se admite ser necessário modificar.

Sobretudo num tempo em que, com a emergência dos problemas do ambiente, a ‘filosofia’ neoliberal e o *império do mercado* vêm transformando a própria vida em objecto de negócio, pondo em causa o próprio direito à vida.

Muitos anunciam que o negócio da água será o grande negócio do século XXI. Se todos sabemos que a água é absolutamente essencial à vida, como pode admitir-se que ela seja objecto de chorudos negócios?

Os grandes senhores do mundo estão a organizar um mercado em que se compram e vendem *direitos de poluir*! Ora os bens postos em causa pela poluição implicam a própria sobrevivência da humanidade. Mas então o seu destino não pode ficar entregue à lógica do mercado. A vida não é uma ‘mercadoria’ cuja sorte possa confiar-se às leis ‘cegas’ do mercado.

A preservação da vida humana exige cada vez mais uma sociedade diferente da que hoje conhecemos, um tipo de desenvolvimento radicalmente diferente deste “senseless cancerous growth” (W. Weiskopf), um modelo económico que rejeite em absoluto a “mercantilização da vida” (Robert Heilbroner), e que assuma como meta um paradigma de desenvolvimento que não identifique *o mais* com *o melhor*.⁵⁸

23. – A destruição do estado-nação e, nomeadamente, a liquidação do estado-providência para que aponta o projecto neoliberal de sociedade não pode ser o caminho por onde passará a história futura do capitalismo. Já o

⁵⁸ Cfr. W. WEISSKOPF e R. HEILBRONER, [1].

velho Lacordaire alertava para o facto de que “entre le fort et le faible, entre le riche et le pauvre, entre le maître et le serviteur, c’est la liberté qui opprime et la loi qui affranchit.” Em 1980, em comunicação apresentada ao Congresso Mundial de Economistas, no México, Paul Samuelson chamava a atenção para o carácter liberticida do mercado, lembrando os perigos do “fascismo de mercado”.⁵⁹

Com Samuelson e Nordhaus, acreditamos que “são poucos aqueles que propõem que o relógio da história volte para trás”. Basta pensar no estado-providência de inspiração keynesiana. Defendê-lo não significa defender a destruição, a subversão do capitalismo, a sua substituição por um outro sistema.

Embora conscientes disto mesmo (o estado-providência não é o caminho para a revolução socialista!), uns defendem-no porque entendem que ele é um factor de ‘humanização’ do capitalismo e de melhoria das condições de vida e de trabalho da grande massa dos trabalhadores.

Outros defendem-no porque compreendem que ele é um elemento de regulação estrutural do capitalismo contemporâneo, permitindo que o estado capitalista assegure, nas condições actuais, a conciliação das duas condições essenciais à sua sobrevivência e à sobrevivência do próprio sistema: garantir a acumulação do capital e salvaguardar a sua legitimação social.

No que nos diz respeito, cremos que o capitalismo, na sua fase actual, se se quiserem respeitar as regras do ‘jogo democrático’, não pode dispensar uma estrutura como esta, ainda que carecida de algumas adaptações. Também nesta óptica o capitalismo não pode admitir a “morte de Keynes” (título de um ensaio de Robert Lucas): a “revolução keynesiana” tem de ser assumida, no quadro do capitalismo, como uma “revolução permanente” (G.K. Shaw).

⁵⁹ Ver R. GREEN e R. VILLAREAL.

24. – A vida mostra que o homem não deixou de ser o lobo do homem.

Neste mundo antropofágico, morrem por ano, de fome ou de doenças derivadas da fome, quase tantas pessoas como as que morreram durante a Segunda Guerra Mundial, o que equivale a uma violentíssima ‘guerra civil’ no seio da nossa ‘aldeia global’. No conjunto dos países da OCDE, cerca de cem milhões de pessoas vivem abaixo do limiar da pobreza. Cerca de trezentos milhões de crianças sofrem diariamente a mais brutal violência física e moral.

As desigualdades entre ricos e pobres à escala mundial têm vindo a agravar-se acentuadamente, aumentando sem cessar o número de *excluídos*. E a verdade é que a *exclusão social* (a “nadificação do outro”, na expressiva caracterização do cineasta brasileiro Walter Salles) como que significa a eliminação dos *excluídos*. Os *explorados*, apesar de o serem, estão dentro do ‘sistema’, porque, por definição, sem *explorados* não podem viver os *exploradores*. Por isso mesmo, em alguma medida, estes não podem ignorar em absoluto a necessidade de sobrevivência daqueles. Ao invés, os *excluídos* não contam para o ‘sistema’. De facto, é como se não existissem.

A globalização neoliberal tem vindo a acentuar a natureza do capitalismo como “civilização das desigualdades”, ao mesmo tempo que os centros de produção ideológica ao serviço dos interesses dominantes e do ‘império’ totalitário vêm propagando a ideia de que a globalização e a concorrência de todos contra todos, como resultado dos desenvolvimentos tecnológicos no domínio das comunicações, da informática e dos transportes, torna *inevitável*, mesmo nos países desenvolvidos, o nivelamento por baixo dos salários e dos direitos históricos dos trabalhadores, o aumento das desigualdades sociais e o abandono do estado-providência.

Ao mesmo tempo, quando nos falamos na ‘mão invisível’ do mercado como fonte inspiradora de todas as soluções para todos os problemas,

sabemos que estão a esconder-nos a *mão visível*, onnipresente e onnipotente dos grandes conglomerados internacionais que governam o mundo e decidem da paz e da guerra (isto é, decidem sobre a vida de milhões de pessoas) pela acção dos seus ‘capatazes’ (os governos dos países dominantes e as agências e organizações por eles controladas).

Tudo isto é verdade. Mas, apesar das profundas contradições deste nosso tempo (tempo de grande esperança e de grande desespero), cremos ter razões para acreditar que podemos viver num mundo de *cooperação* e de *solidariedade*, num mundo capaz de responder satisfatoriamente às necessidades fundamentais de todos os habitantes do planeta.

O desenvolvimento científico e tecnológico conseguido pela civilização burguesa proporcionou um aumento meteórico da produtividade do trabalho humano, criando condições novas no que toca à capacidade de produção de riqueza e de bem-estar. Este desenvolvimento das forças produtivas (entre as quais avulta o *homem* e o seu conhecimento, o seu saber e a informação acumulada ao longo de gerações) parece confirmar a utopia marxista da passagem do *reino da necessidade* para o *reino da liberdade*, carecendo apenas de novas relações sociais de produção, de um novo modo de organizar a nossa vida colectiva. Um dia destes – que não será amanhã, porque o ritmo da história não pode medir-se pelo ritmo da nossa própria vida – talvez saibamos construir uma alternativa ao caos suicidário a que nos querem condenar. Ponto é que levemos a sério o aviso de Christian Stoffaës: “a economia contemporânea precisa mais de filósofos do que de econométristas”.

25. – E os filósofos ensinam-nos que a crítica da globalização não pode confundir-se com a defesa do regresso a um qualquer ‘paraíso perdido’, negador da ciência e do progresso. A saída desta caminhada vertiginosa para

o abismo tem de assentar na confiança no homem e nas suas capacidades. Tem de partir da rejeição da lógica de uma qualquer *inevitabilidade tecnológica*, que nos imporia, sem alternativa possível, a actual globalização neoliberal, uma das marcas incontornáveis desta civilização-fim-da-história.

Esta ‘globalização’ não é um ‘produto técnico’ deterministicamente resultante da evolução tecnológica, é antes um *projecto político* levado a cabo de forma consciente e sistemática pelos poderes dominantes, enquadrado e dominado pela ideologia dominante. Correspondentemente, a luta por uma sociedade alternativa pressupõe um *espírito de resistência* e um *projecto político* inspirado em valores e empenhado em objectivos que o ‘mercado’ não reconhece nem é capaz de prosseguir. Só assim, fazendo prevalecer a política sobre as pretensas ‘leis naturais’ do mercado, é possível impedir que a globalização neoliberal, de uma *armadilha para a democracia* (H.-P. Martin e H. Schuman) que já é, se transforme em instrumento de *morte da democracia*.

Todos sabemos, porém, que as mudanças necessárias não acontecem só porque nós acreditamos que é possível um mundo melhor. Estas mudanças hão-de verificar-se como resultado das leis de movimento das sociedades humanas. Todos sabemos também que o voluntarismo e as boas intenções nunca foram o motor da história. Mas a consciência disto mesmo não pode anular a nossa confiança na acção colectiva das forças empenhadas em *transformar o mundo*, nem tem de matar o nosso *direito à utopia* e o nosso *direito ao sonho*.

Porque, parafraseando os poetas, a utopia ajuda a *fazer o caminho*, porque *sonhar é preciso*, porque o *sonho comanda a vida*, porque “sempre que um homem sonha/ o mundo pula e avança/ como bola colorida/ entre as mãos de uma criança.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVELÃS NUNES, A. J. – [1] – *Do capitalismo e do socialismo*, Coimbra, Textos Vértice, Atlântida Editora, 1972;
- [2] – *O Keynesianismo e a Contra-revolução Monetarista* (separata do *Boletim de Ciências Económicas*), Coimbra, Almedina, 1991;
- [3] – *Noção e Objecto da Economia Política*, Coimbra, Almedina, 1996.
- BLINDER, Alan S. – “Keynes, Lucas, and Scientific Progress”, em *The American Economic Review (Papers and Proceedings)*, vol. 77, n.º 2, Maio/87, 130-136.
- CANOTILHO, J. J. Gomes – *Direito Constitucional*, 4ª ed., Livraria Almedina, Coimbra, 1986.
- DESAI, Meghnad – *Testing Monetarism*, Frances Pinter, Londres, 1981.
- FEIWEL, George R. – “Equilibrium business cycle theory and the real world”, em *Economia*, vol. 8, n.º 2, Maio/1984, 333-360.
- FRIEDMAN, Milton - [1] – “The Role of Monetary Policy”, em *The American Economic Review (Papers and Proceedings)*, vol. LVIII, n.º 1, Março/1968, 1-17;
- [2] – “A Theoretical Framework for the Monetary Analysis”, em *Journal of Political Economy*, vol. 78.º, Março/1970, 193-238;
- [3] – “A Monetary Theory of Nominal Income”, em *Journal of Political Economy*, vol. 79.º, n. 2, Março-Abril/1971, 323-337;
- [4] – “Comments on the Critics”, em *Journal of Political Economy*, vol. 80.º, Setembro-Outubro/1972, 906-950;
- [5] – “Inflation and Unemployment: The New Dimension of Politics”, em *Journal of Political Economy*, vol. 85.º, 1977, 451-472 [as referências no texto reportam-se à edição de The Institute of Economic Affairs, 2.ª impressão, 1977, de *The 1976 Alfred Nobel Memorial Lecture*];
- FRIEDMAN, Milton e Rose – [1] – *Capitalism and Freedom* (1.ª ed., 1962), The University of Chicago Press, 9.ª impressão, 1969;
- [2] – *Liberdade para escolher*, trad. port., Europa-América, Lisboa, s/d (1ª ed. americana, 1979).
- GALBRAITH, John Kenneth – [1] – *The New Industrial State*, Hamish Hamilton, Londres, 1967;
- [2] – “Economics in the Industrial State: Science and Sedative Economics as a System of Belief”, em *The American Economic Review (Papers and Proceedings)*, vol. LX, n.º 2, Maio/1970, 469-478.
- GREEN, David G. – *The New Conservatism – The counterevolution in political, economic and social thought*, St. Martin’s Press, New York, 1987.
- GREEN, Rosario (ed.) – *Los mitos de Milton Friedman*, Editorial Nueva Imagen, México, 1983.
- GROSS, Bertram – *Friendly Fascism – The New Face of Power in America*, M. Evans and Co., Inc., New York, 1980.
- HABERLER, Gottfried - [1] – “Inflación y Desarrollo Económico”, em *Revista de Economía y Estadística*, 1958, n.º 3, 81-83;
- [2] – “Política de salarios, empleo y estabilidad monetaria”, em *Información Comercial Española*, Agosto-Setembro/1969, 165-173;
- HAYEK, Friedrich A. – [1] – “Full Employment, Planning and Inflation” (original de 1950), em F. HAYEK, [4], 270-279;
- [2] – “Inflation Resulting from the Downward Inflexibility of Wages (original de 1958), em F. HAYEK, [4], 295-299;
- [3] – “Unions, Inflation and Profits” (original de 1959), em F. HAYEK, [4], 280-294;
- [4] – *Studies in Philosophy, Politics and Economics* (1.ª ed., 1967), Routledge and Kegan Paul, Londres, 1978;
- [5] – “Inflation: The Path to Unemployment”, em *INFLATION. Causes, Consequences and Cures*, IEA Reading 14, The Institute of Economic Affairs, Londres, 1974, 115-120;
- [6] – “The Use of Knowledge in Society”, em *The American Economic Review*, vol. XXXV, n.º 4, Set/ 1945, 519-530.
- HEILBRONER, Robert – [1] – “Economics as a ‘value-free’ Science”, em *Social Research*, vol. 40, n.º 1, 1973, 129-143;
- [2] – *Naturaleza y lógica del capitalismo*, trad. cast., Ediciones Península, Barcelona, 1990 (1ª ed. americana, 1985).
- JOHNSON, Harry G. – [1] – “The Keynesian Revolution and the Monetarist Counter-Revolution”, em *The American Economic Review (Papers and Proceedings)*, vol. 61, Maio/1971, 1-14;
- [2] – *Inflation and the Monetarist Controversy*, North-Holland, Amsterdam-London, 1972.

- KALDOR, Nicholas – “The New Monetarism”, em *Lloyds Bank Review*, n.º 97, Julho/1970, 1-18.
- KEYNES, J. M. – [1] – “The Means to Prosperity” (1924), em J. KEYNES, [4], t. IX;
 [2] – “The End of Laissez-Faire” (1924), em J. KEYNES, [4], t. IX;
 [3] – “The General Theory of Employment, Interest and Money” (1936), em J. KEYNES, [4], vol. VII;
 [4] – *The Collected Writings of John Maynard Keynes* (29 volumes), MacMillan, Londres, 1973.
- KOLM, Serge-Christophe – *Le libéralisme moderne*, PUF, Paris, 1984.
- LEPAGE, Henry – [1] – “Keynes est mort... vivent les Reaganauts”, em *Focus*, Novembro/1981 (reproduzido em *Problèmes Économiques*, n.º 1.762, 24.2.1982, 2-7, versão a que se reportam as referências do texto);
 [2] – *Amanhã o Liberalismo*, trad. port., Pub. Europa-América, Lisboa s/d (1.ª ed. francesa, 1980).
- MARTIN, Hans-Peter e SCHUMANN, Harold – *A Armadilha da Globalização*, trad. port. (1.ª ed. alemã, 1996), Terramar, 3.ª ed., Lisboa, 2000.
- MILIBAND, David – “The New Politics of Economics”, em CROUCH, C. and MARQUAND, D. (eds.), *Ethics and Markets: Co-operation and Competition within Capitalist Economies*, Blackwell, Oxford, 1993, 21-30.
- MIX, Miguel Rojas – “La ideologia del Monte Peregrino, o el proyecto de sociedad de Friedrich Hayek y Milton Friedman”, em *Sistema – Revista de Ciencias Sociales*, n.º 57, Novembro/1983, 125-133.
- MODIGLIANI, Franco – “The Monetarist Controversy or, Should we Forsake Stabilization Policies?”, em *The American Economic Review*, vol. 67, n.º 2, Março/1977, 1-19.
- ROBINSON, Joan – [1] – *Economic Philosophy*, C. A. Watts & Co., Londres, 1962;
 [2] – *What are the Questions? and Other Essays (Further Contributions to Modern Economics)*, M. E. Sharpe, N. York, 1980;
 [3] – “Time in Economic Theory”, em *Kyklos*, vol. 33, n.º 2/1980, 219-229;
- ROBINSON, Joan and Eatwell, John – *An Introduction to Modern Economics*, McGraw-Hill, Londres, 1973.
- ROSANVALLON, Pierre – *La crise de l'État-providence*, Editions du Seuil, 2.ª ed., Paris, 1984.
- SAMUELSON, Paul e NORDHAUS, William – *Economia*, trad. port., 12.ª ed., McGraw-Hill, Lisboa, 1988.
- SHACKLETON, J. R. – “Economists and Unemployment”, em *National Westminster Bank Quarterly Review*, Fevereiro/1982 [utiliza-se a trad. franc. publicada em *Problèmes Économiques*, n.º 1.777, 9.6.1982, 3-11].
- SHAW, G.K. – *Keynesian Economics – The Permanent Revolution*, Edward Elgar, 1988.
- SHERMAN, Howard J. and Evans, Gary R. – *Macroeconomics – Keynesian, Monetarist and Marxist Views*, Harper and Row, N. York, 1984.
- SMITH, Adam – *Riqueza das Nações*, trad. port. (vols. I e II), ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981 e 1983.
- SOARES, Rogério G. E. – *Direito Público e Sociedade Técnica*, Coimbra, Atlântida Editora, 1969.
- SOLOW, Robert M. – “On Theories of Unemployment”, em *The American Economic Review*, vol. LXX, n.º 1, Março/1980, 1-11.
- Stein, Jerome, L. – [1] – *Monetarism* (J. L. Stein, Ed.), Amsterdam – New York – Oxford, North-Holland, 1976;
 [2] – *Monetarist, Keynesian and New Classical Economics*, Basil Blackwell, Oxford, 1982.
- STOFFAËS, Christian – « La Reaganomie en perspective », em *Problèmes Économiques*, n.º 1.779, 23.6.1982, 2-10.
- TOBIN, James - [1] – “Inflation and Unemployment”, em *The American Economic Review*, vol. LXII, 1972, 1-18;
 [2] – “Stabilization Policy Ten Years After”, em *Brookings Papers on Economic Activity*, n.º 1/1980 [utiliza-se a versão publicada em *Problèmes Économiques*, n.º 1.762, 24.2.1982, 26-32];
 [3] – “The Monetarist Counter-Revolution Today – An Appraisal”, em *The Economic Journal*, vol. 91, Março/1981, 29-42.
- VILLAREAL, René – “La contrarrevolución monetarista en el centro y la periferia”, em *El Trimestre Económico*, vol. L, n.º 197, Janeiro-Março/1983, 429-471.
- WEISSKOPF, Walter A. – “The Image of Man in Economics”, em *Social Research*, Vol. 40, n.º 3/1973, 547-563.